

Lisboa, 16 de fevereiro de 2022

Salário mínimo na CGD: Paulo Macedo desconhece a realidade ou mentiu

O vencimento do nível 1 foi agora aumentado para 705€, de forma a respeitar o salário mínimo nacional. Ao afirmar que o salário mínimo nos quadros aumentou para 1.359€, o vice-presidente do conselho de Administração e presidente Executivo da Caixa ignora a realidade ou prestou publicamente informações falsas...

Chocado face às declarações de Paulo Macedo após o acordo de revisão salarial da CGD, o Mais Sindicato considerou ser sua obrigação desmontar os comentários do responsável apresentando os factos.

Antes de mais, importa esclarecer o que é o salário mínimo. Trata-se do valor mais baixo que os empregadores podem legalmente pagar aos seus **trabalhadores pelo esforço e prestação de serviços que estes praticam quando integrados numa empresa.**

NA CGD, após o acordo subscrito entre as partes para 2022, os níveis mínimos são:

NÍVEIS	Escalão A
1	705,00€
2	787,00€
3	876,00€
4	989,00€

À semelhança do que acontece em todo o País, o nível mínimo da CGD corresponde ao valor atualmente definido pelo Governo para 2022, ou seja, 705€.

Refira-se, em nome da verdade, que atualmente a CGD já não contrata trabalhadores para as categorias com os níveis abaixo do 4. No entanto, ainda existem trabalhadores nesses níveis, sendo os seus vencimentos em 2022, após a revisão salarial, iguais ao que consta na tabela.

Assim, pode considerar-se que o nível mínimo de admissão na CGD é o 4, que corresponde a um salário de 989€ em 2022.

O que disse Paulo Macedo

Ignorando a realidade, ou desvirtuando-a para causar confusão na opinião pública, um comunicado emitido pelo banco liderado por Paulo Macedo adianta: "A Caixa Geral de Depósitos aumentou o salário mínimo aos



Lisboa, 16 de fevereiro de 2022

trabalhadores nos quadros para 1.359€. Este aumento coloca a remuneração mínima oferecida pelo banco aos seus colaboradores substancialmente acima daquele, que é o vencimento médio a nível nacional."

De acordo com o mesmo comunicado, o salário médio dos trabalhadores dos quadros da CGD "ascende a 2.462€".

Perseguindo interesses obscuros, a CGD lembra que, segundo dados do INE, a remuneração bruta média mensal de um trabalhador em Portugal, considerando subsídios de férias e de Natal, subiu para 1.361€, o que significa que a nova retribuição mínima dos quadros da Caixa seja "bastante superior".

"Considerando subsídios de férias e de Natal, a retribuição mínima mensal praticada pelo banco ascende a um valor de 1.525€", ficando, assim, "12% acima da média nacional", adiantou o comunicado do banco público.

Repondo a verdade

Depois de divulgar os verdadeiros valores dos salários na Caixa, o MAIS lembra que o setor bancário exige trabalhadores qualificados – as atuais contratações exigem licenciatura como grau mínimo de entrada – pelo que, obviamente, estão em causa valores baixíssimos face às competências exigidas.

Por outro lado, afirmar que o salário mínimo na CGD é de 1.359€ – somando ao nível 5 o subsídio de refeição – é desvirtuar completamente a realidade.

O MAIS repudia esta atitude manipuladora, considerando que fazer crer que os trabalhadores bancários, nomeadamente os da CGD, são bem pagos, só ilude a opinião pública, que desconhece a situação no setor: os bancários têm sofrido, ao longo de anos, com as estratégias de administrações exclusivamente focadas no lucro, com fecho de balcões, despedimentos, anos sem aumentos salariais e, quando os houve, abaixo da inflação.

Fosso salarial

Os bancários têm perdido poder de compra todos os anos e continuam a lutar diariamente pela manutenção do seu posto de trabalho, enquanto a distribuição do lucro vai sempre para os mesmos – órgãos de topo e acionistas, denuncia o Mais Sindicato.

E lança a questão: Por que a Administração da CGD não fala sobre a remuneração dos seus altos quadros e a compara com as de outras empresas?

Uma coisa é certa: os trabalhadores da CGD muito gostariam que o vencimento mínimo no banco fosse de 1.359€ e isso significasse que o fosso salarial entre a base e o topo da tabela não fosse tão grande e injusto, conclui o MAIS, lembrando o esforço sindical necessário para a negociação da revisão laboral.

A Direção

